

Selbach/RS, 21 de Novembro de 2025.

PARECER JURÍDICO Nº 110/2025

ASSUNTO: PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 096/2025, ORIGINÁRIO DO PODER EXECUTIVO.

TRAMITAÇÃO: REGIME ORDINÁRIO

FUNDAMENTAÇÃO: LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, ART. 7º, INCISO II

Vem a esta Assessoria Jurídica, para emissão de parecer, o Projeto de Lei Municipal nº 096/2025, que " *Dispõe sobre o pagamento de débitos ou obrigações do Município de Selbach, nos termos do art. 100, §§ 3º e 4º, da Constituição Federal, decorrentes de decisões judiciais, considerados de pequeno valor (RPV).*"

O Projeto de Lei Municipal nº 096/2025, encaminhado para apreciação da Câmara, tem como objetivo regulamentar, em Selbach, o pagamento das Requisições de Pequeno Valor (RPVs), conforme previsto na Constituição Federal. A proposta define limites para a quitação de débitos judiciais de pequeno valor, garantindo segurança jurídica, previsibilidade e melhor organização financeira ao Município. A medida busca assegurar uma gestão eficiente dos recursos públicos e agilizar o cumprimento de decisões judiciais favoráveis aos cidadãos.

A medida está em conformidade com a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município, que garantem a competência do Município para legislar sobre o tema, conforme os artigos 7º, inciso II da Lei Orgânica de Selbach, e o artigo 30, inciso I da Constituição Federal. A proposta está, portanto, dentro dos parâmetros legais.

Art.7º – Compete ao Município, no exercício de sua autonomia:

II – Decretar suas leis, expedir decretos e atos relativos aos assuntos de seu peculiar interesse;

Art. 30 – Compete aos Municípios:

I – Legislar sobre assuntos de interesse local;

Diante do exposto, esta Assessoria Jurídica opina pela legalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei Municipal nº 096/2025, recomendando sua regular tramitação e posterior aprovação por esta Câmara Municipal.

É o parecer.

Valeska Hammes Maldaner
Assessora Jurídica
OAB-RS 119.761